

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 244HD-022-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Jamel Cecílio, 2929 Ed. Brookfield Towers, sala 2701 Torre B - Jardim Goiás, Goiânia (GO)

T +55 62 3215-8444

Aos Acionistas e Administradores da
Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Administração estima que o início da operação da Companhia seja até o final do exercício de 2031 e que apresentou prejuízos de R\$11.136 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.373 mil em 31 de dezembro de 2022), necessitando de suporte financeiro de seus Acionistas. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

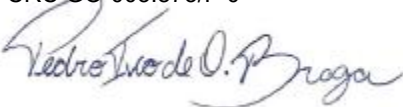
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de abril de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC GO-003.873/F-0



Pedro Ivo de Oliveira Braga
Contador CRC 1DF-020.418/O-3

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares – R\$)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	327	127
Outros ativos	-	46	44
Total do ativo circulante		<u>373</u>	<u>171</u>
Ativo não circulante			
Diferido	4	2.003	2.003
Intangível	5	9.497	9.497
Total do ativo não circulante		<u>11.500</u>	<u>11.500</u>
Total do ativo		<u>11.873</u>	<u>11.671</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Tributos a recolher	6	96	60
Outros passivos	-	5	4
Total do passivo circulante		<u>101</u>	<u>64</u>
Total do passivo		<u>101</u>	<u>64</u>
Patrimônio líquido	7		
Capital social		40.000	30.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.621	3.320
Prejuízos acumulados		<u>(32.849)</u>	<u>(21.713)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>11.772</u>	<u>11.607</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>11.873</u>	<u>11.671</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas operacionais:			
Gerais e administrativas	8	(11.136)	(5.373)
Prejuízo do exercício		<u>(11.136)</u>	<u>(5.373)</u>
Quantidade de ações		28.700.000	18.700.000
Prejuízo por ação (em R\$)		<u>(0,3880)</u>	<u>(0,2873)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(11.136)	(5.373)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(11.136)</u>	<u>(5.373)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.002	(16.340)	-	11.662
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.320	3.320
Integralização de capital	1.998	-	-	1.998
Prejuízo do exercício	-	(5.373)	-	(5.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	(21.713)	3.320	11.607
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.301	1.301
Aumento do capital social	10.000	-	-	10.000
Prejuízo do exercício	-	(11.136)	-	(11.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.000	(32.849)	4.621	11.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(11.136)	(5.373)
Acréscimo (decréscimo) dos ativos/ passivos operacionais		
Outros ativos	(2)	(44)
Outros passivos	1	4
Tributos a recolher	36	32
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.101)	(5.381)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.301	3.320
Aumento de capital social	10.000	1.998
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	11.301	5.318
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>200</u>	<u>(63)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	127	190
No final do exercício	327	127
Acréscimo (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>200</u>	<u>(63)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. – TGBC (“Companhia”) foi constituída em 22 de novembro de 2002 e tem por objeto a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente, de um duto para transporte de gás natural para o Estado de Goiás e Distrito Federal e instalações associadas, e a participação em outras sociedades e consórcios, bem como a exploração da comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações, a qual: **(a)** possa ser conduzida direta ou indiretamente por meio da estrutura do gasoduto ou dos direitos de passagem a ele relacionados; ou **(b)** seja necessária, costumeira, conveniente ou incidente ao anteriormente mencionado.

A Companhia vem desenvolvendo diversas ações como forma de iniciar suas operações. Em novembro de 2013, a Companhia obteve a Licença de Instalação – LI do Projeto de construção do gasoduto, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como atendeu todas as condicionantes pré-obra, constantes na Licença de Instalação – LI. Ademais, encontra-se em andamento o processo de Chamada Pública de Alocação de Capacidade – CPAC na Agência Natural de Petróleo e B combustíveis – ANP. A administração estima o início de sua operação até o final do exercício de 2031. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas (PME), em especial a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para pequenas e Médias Empresas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 25 de abril de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração, considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades, e estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto alguns ativos e passivos ao valor realizável quando indicado desta outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais práticas contábeis adotadas

2.4.1. Instrumentos financeiros

A Companhia adota integralmente a Seção 11 do Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a Seção 12 não é aplicável.

Instrumentos financeiros básicos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos, assim como empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Se um ativo ou passivo financeiro atender ao conceito de transação financeira, nos termos da Seção 11 do Pronunciamento Técnico PME (R1), é avaliado com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o seu valor de mercado ou seu valor de mercado ou de realização.

2.4.3. Diferido

De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais serão amortizados em dez anos pelo método linear, a partir do início das operações, sujeitos a análise de recuperabilidade.

2.4.4. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, a ser construída como parte da autorização de funcionamento para operação do serviço público de transporte de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários o serviço público por ela prestado), nos termos da Seção 34 do Pronunciamento Técnico PME (R1) – Acordos de concessão de serviços.

2.4.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

2.4.6. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem a base tributável nem o resultado contábil; e
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu ativos de impostos estimados no montante de R\$ 11.169 com relação a prejuízos acumulados no montante de R\$ 32.849. Com base no plano de negócios, a Companhia não deverá gerar lucros tributáveis até 2031. No entanto, se estas estimativas mudarem, um ativo fiscal diferido pode vir a ser reconhecido.

2.4.7. Alterações em normas e interpretações

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	327	127
Total	327	127

As aplicações financeiras são de investimentos automáticos com remuneração média de 20% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Diferido

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos pré-operacionais	2.003	2.003
Total	2.003	2.003

O saldo corresponde a despesas pré-operacionais incorridas antes de 2008. Na adoção dos CPC em 2010 e por regência das Leis nº 11.638/08 e 11.941/09 que alteraram a Lei nº 6.404/76, a Companhia avaliou o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 como ativo diferido que, pela sua natureza, não pôde ser alocado a outro grupo de contas, desta forma permanecerá até sua completa amortização e dedução na apuração do lucro real (apuração da base de Imposto de Renda) e do resultado ajustado (apuração da base de contribuição social) em quotas fixas mensais em prazo mínimo de 5 anos, a partir do início das operações ou da plena utilização das instalações.

A administração não identificou indícios de perda de valor do ativo em seu plano de negócios.

5. Intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Projetos e estudos (a)	9.497	9.497
Total	9.497	9.497

- (a) Referem-se a desenvolvimento de estudos ambientais e de engenharia que foram realizados ao longo do tempo com o objetivo da Companhia receber a Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, bem como receber a Declaração de Utilidade Pública – DUP do projeto, além da necessidade de atender às exigência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, órgão regulador dos serviços de transporte de gás natural, que aprova o projeto para realização da Chamada Pública de Alocação de Publicidade – CPAC.

6. Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda retido na fonte	24	17
Contribuição social retido na fonte	70	41
Outros	2	2
Total	96	60

7. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 07 de julho de 2023, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumento de capital social, no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante a subscrição de 10.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pelo preço de emissão R\$ 1,00 cada, passando o capital social para R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), a ser integralizado da seguinte forma: (i) R\$ 3.320.000,00 (três milhões trezentos e vinte mil reais) no dia 07 de julho de 2023, mediante a conversão em capital do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, e (ii) R\$ 6.680.000,00 (seis milhões seiscentos e oitenta mil reais) inicialmente a ser integralizado em até 24 (vinte e quatro) meses todavia, totalmente integralizados dentro do exercício de 2023.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 é dividido em 28.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes CS Energia S.A.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que do lucro apurado no fim de cada exercício deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Companhia, quando em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

8. Despesas operacionais

	2023	2022
Por função		
Despesas gerais e administrativas	(11.136)	(5.373)
Total por função	(11.136)	(5.373)
Por natureza		
Serviços profissionais	(10.984)	(5.251)
Despesas com viagens	(79)	(56)
Outras despesas operacionais	(73)	(66)
Total por natureza	(11.136)	(5.373)

9. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. O Conselho de administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota explicativa nº 3.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

* * *